# Por talentos e virtudes: trajetórias maçônicas de negros abolicionistas

**RENATA RIBEIRO FRANCISCO**[1]

Quando pensamos em inserção social de mulatos livres e libertos no tempo do Império pensamos rapidamente em arranjos de apadrinhamento ou casamentos de conveniências. Não é preciso um estudo muito apurado para encontramos alguns exemplos desse modelo de sobrevivência social. Luiz Gama, a saber, nunca negou em sua trajetória ter sido favorecido por Furtado de Mendonça para ocupar o cargo de amanuense da polícia de São Paulo[2], assim, como também não é nenhum segredo que José Carlos do Patrocínio tenha conseguido tornar-se proprietário do jornal *Gazeta da Tarde* usando o dote que havia ganhado contraindo matrimônio. (ALONSO, 2012: 40)

A sobrevivência social de mulatos dependeu do estabelecimento de apadrinhamentos, que os habilitava a circularem em certos espaços. Mas, mesmo se valendo de tais arranjos sociais, que pareciam ser eficientes, observamos que a entrada efetiva da maçonaria no Brasil no início do século XIX colaborou em certo sentido para a modernização dessas relações. A maçonaria carregava em si elementos próprios desse modelo de apadrinhamento, pois era sociedade de ajuda mútua, mas acrescida de outros elementos como a ritualística e segredo compartilhados por aqueles que nela ingressavam. (AZEVEDO, 1996/97:182) Tínhamos aí uma espécie de "apadrinhamento maçônico", novidade que atrairia sobremaneira, jovens estudantes e carreiristas iniciantes.

As possibilidades vislumbradas pela maçonaria logo exerceriam atração sobre nossos mulatos Francisco Gê Acaiaba Brandão de Montezuma (1794-1870), Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), José Ferreira de Meneses (184?-1881)[3], Luiz Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1853-1905), Eutíquio Pereira da Rocha (1820-1880) e tantos outros, cujas identidades étnicas maçônicas não nos foram reveladas[4].

---

[1] Doutoranda do programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, bolsista Cnpq.
[2] Correio Paulistano, 27 de novembro de 1869.
[3] HÁ controvérsias sobre o ano de seu nascimento, alguns pesquisadores apontam o ano de 1845 enquanto outros afirmam ter sido no ano de 1842. Ver: FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra*: Luiz Gama. p. 153; PINTO, Ana Flávia Magalhaes. *Fortes laços em linhas rotas*: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. p. 15.
[4] É importante destacarmos também que nem todos os maçons negros foram abolicionistas, como por exemplo, João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe. Mas essa informação não deslegitima a nossa discussão, pelo contrário, pois aqui registramos e reforçamos que para os mulatos a maçonaria servia como espaço de exercício para a cidadania, independentemente das convicções que sustentaram.

O fato é que para esses mulatos constantemente preocupados em estarem na vanguarda das novas correntes de pensamento, tais como o republicanismo, anticlericalismo e o abolicionismo, de inspiração europeia e norte-americana, a maçonaria serviu como esteio as suas ambições. Ela aglutinava pessoas com posições políticas distintas, mas era espaço para o diálogo, ambiente propício à discussão. Assim sendo, esses sujeitos trataram logo de se incorporarem a essa organização. Lá não se depariam com as barreiras sociais que experimentaram na vida profana[5], mas sim, encontrariam espaço para encampar suas bandeiras políticas e sociais, já que "a maçonaria era lugar da circulação de ideias e aprendizado de práticas modernas tais como: a escolha dos associados, eleição para os cargos maçônicos, o debate entre os pares e a deliberação". (MOREL E SOUZA, 2008: 45).

Não há dúvidas de que para os mulatos compor o quadro de uma Loja maçônica tinha significado muito mais amplo que para os demais membros, dado o fato de que esses sujeitos invariavelmente estiveram a margens dos outros espaços de sociabilidade existentes, o que aparentemente não se reproduziu no círculo maçônico onde a cor do irmão não era um tema em questão.

Ao analisar a trajetória dos mulatos abolicionistas Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, Ângela Alonso entendeu que a experiência de preconceito de cor vivida por esses homens teria os impulsionado a se lançarem mais incisivamente na ação abolicionista. (ALONSO, 2012: 40) Do mesmo modo, podemos pensar que as ambições maçônicas de nossos mulatos eram também fruto do preconceito de cor. Eles buscavam se firmar como lideranças maçônicas a fim de compensar a inatividade de outros espaços de sociabilidade.

A experiência de rejeição de Luiz Gama na Academia de Direito de São Paulo ilustra esse sentimento. Foram inúmeras as ocasiões em que Gama mencionou tal episódio com certa amargura, lançando mão da frase "a inteligência repele pergaminhos". Tal sensação de mutilação social, contudo, Luiz Gama não carregou consigo, compartilhou com o grande público via artigos de jornais ou através de seus poemas, tais como *Borradada* e *Quem sou eu?*(FERREIRA, 2011: 39) publicados, em seu único livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, de 1859, que fora reeditado dois anos depois. (FERREIRA, 2011:37-38). Com Patrocínio as manifestações de preconceito não foram diferentes, ainda que o mulato, diferente do ex-escravo, contasse com uma pequena rede de contatos, herdada de seu pai. Valendo-se dessa rede Patrocínio ingressou na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, mas

[5] Profano é termo utilizado por maçons para se referir a tudo que está fora do círculo maçônico.

que por razões obscuras acabou obtendo apenas o diploma de farmacêutico. Outro episódio de preconceito vivido por Patrocínio ocorreu em 1887, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, onde ouviu um grito vindo da plateia "cala a boca, negro!" e respondera "quando Deus me deu a cor de Otelo foi para que eu tivesse ciúmes da minha raça!" (ALONSO, 2012: 40-41).

Os exemplos mencionados acima indicam que nossos mulatos brigaram incessantemente por espaço na sociedade dispondo das armas que tinham, enquanto que na maçonaria sentiam que podiam baixar guarda. Nela, não se viam alvo dos mesmos embargos que estavam sujeitos no mundo profano. Esse universo maçônico parecia ser bastante atraente também para aqueles que almejavam usar a maçonaria como esteio para suas carreiras e bandeiras.

Segundo Margaret Jacob o iluminismo maçônico propunha que a "igualdade natural" fosse substituída pelo mérito individual e direitos humanos (JACOB, 1991; 154), assim sendo, seria proibido em espaço maçônico haver distinção por raça, cor, religião ou origem social entre os irmãos, todos deveriam ser vistos como iguais e quando iniciados a maçonaria, os irmãos deveriam deixar para trás as diferenças impostas pela sociedade e seguir adiante considerando tão somente os talentos e virtudes dos irmãos. Sendo assim, a posição ou prestígio que por ventura o irmão viesse a adquirir ao longo de sua trajetória maçônica dependeria estritamente de suas habilidades. Permitindo que um sujeito desprovido de posses no mundo profano pudesse no interior do círculo maçônico ocupar cargos de prestígios, tais como o de venerável, primeiro vigilante, segundo vigilante, orador e tesoureiro.

No interior da maçonaria a posição hierárquica de um indivíduo era determinada segundo os graus maçônicos[6], seguido de acordo com os ritos adotados por suas respectivas Lojas. O rito Escocês Moderno e Aceito, trazido e difundido por Montezuma, era o mais

[6] Os três primeiros graus são comuns a todos os ritos e são denominados de "graus simbólicos" e os demais são denominados de "graus filosóficos". O rito escocês mais difundido no Brasil segue a seguinte hierarquia 1º grau – Mestre maçom, 2º grau – Companheiro de Ofício, 3º grau – Aprendiz iniciado, 4º grau Mestre secreto, 5º grau - Mestre perfeito, 6º grau – Secretário íntimo, 7º grau – Preboste e juiz, 8º grau – Intendente dos edifícios, 9º grau – Mestre eleito dos 9, 10º grau Mestre dos 15, 11º grau Cavaleiro eleito dos 12, 12º grau - Grão-mestre arquiteto, 13º grau - Mestre do 9º ano, 14º grau - Grão-eleito perfeito e sublime, 15º grau – Cavaleiro do Oriente, 16º grau – Príncipe de Jerusalém, 17º grau – Cavaleiro do Oriente e do Ocidente, 18º grau – Cavaleiro Rosa cruz, 19º grau – Grão-pontífice, 20º grau – Mestre ad Vitam, 21º grau – Patriarca noaquita, 22º grau – Príncipe do Líbano, 23º grau – Chefe do tabernáculo, 24º grau – príncipe do tabernáculo, 25º grau – Cavaleiro da serpente de bronze, 26º grau – Príncipe da mercê, 27 grau – Comendador do templo, 28º grau – Cavaleiro do Sol, 29º grau – Cavaleiro de Santo André, 30º grau – Cavaleiro Kadosh, 31º grau – Grão-Inspetor inquisidor comendador, 32º grau – Sublime príncipe do real segredo, 33º grau Soberano Grão-Inspetor Geral. Ver: MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira Souza. O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

professado. Dividido em 33 graus, cada qual conferia um nível de sabedoria e status ao irmão. As possibilidades de ocupar cargos dentro da Loja também eram determinadas pelos graus maçônicos, um maçom recém-iniciado não poderia concorrer aos cargos de importância na Oficina: venerável, 1ª e 2ª vigilante, orador, tesoureiro, etc[7].

Esse conjunto de valores foi convenientemente incorporado por nossos mulatos que entendiam então que a maçonaria era espaço de privilégio acessível a um grupo restrito de pessoas e que tal sociabilidade poderia ajudá-los a encampar suas bandeiras sociais e políticas. (MOREL e SOUZA, 2008: 18). Após suas respectivas iniciações e cientes do espaço que ocupavam esses homens não deixaram de instrumentalizar a maçonaria em benefício de suas ambições políticas e sociais.

O Oriente dos Beneditinos reuniu Lojas que estiveram às voltas com importantes temas políticos: bateu de frente contra a autoridade da Igreja católica; lutou pela secularização do Estado e dos cemitérios públicos; foram também os maçons desta ordem "os primeiros do continente americano a declarar seu apoio à medida anti-racista tomada pelo Grande Oriente francês". (AZEVEDO, 2011: 244)

A discussão do racismo maçônico girava em torno das Lojas maçônicas americanas, que rompiam com os princípios universalizantes e igualitários da maçonaria ao recusar o ingresso de negros na sociedade. As Ordens maçônicas americanas impunham medidas raciais por acreditarem que os brancos eram superiores aos negros, motivo mais que suficiente para que esses sujeitos não se cruzassem em espaço maçônico, a exemplo do que já ocorria no espaço profano. A norma de procedimento maçônico adotado em 1851 pela Grande Loja de Nova Iorque ilustra bem esse pensamento:

> Não é adequado iniciar nas nossas Lojas, pessoas da raça Negra; e sua exclusão está de acordo com a Lei Maçônica e as Antigas Obrigações e regulamentos, por causa de sua condição social deprimente; a falta geral de inteligência, que os impossibilita, como um corpo, a trabalhar ou adornar a Maçonaria; a impropriedade em fazê-los nossos iguais em algum lugar, quando pela sua condição social, e as circunstâncias pelas quais cada um quase se liga a eles, não acontecendo o mesmo com outros, por não terem de uma maneira geral NASCIDOS LIVRES. (CARVALHO; 1999; 24)

[7] O Rito Escocês no Brasil envolveu o trabalho de 22 membros na sua administração: venerável mestre, 1º vigilante, 2º vigilante, orador, secretário, tesoureiro, chanceler, mestre de cerimônias, hospitaleiro, 1º diácono, 2º diácono, porta-bandeira, porta-estandarte, porta-espada, 1º experto, 2º experto, 3º experto, cobridor interno, cobridor externo, mestre de banquete, mestre de Harmonia e arquiteto. Ver: CARVALHO, Francisco de A., *Cadernos de Estudos Maçônicos*. Londrina: Editora Maçônica A Trolha, 1988.

As Lojas maçônicas americanas, sobretudo, as do sul dos Estados Unidos reproduziam em espaço maçônico a segregação racial vigente na sociedade americana, subvertendo os princípios universais da maçonaria em defesa da igualdade e fraternidade entre irmãos, independentemente da cor e origem. Isso teria gerado uma mobilização de diversas Ordens Internacionais que estavam preocupadas com o modo como as Lojas americanas agiam em relação aos seus iniciados.

Fundador da Ordem dos Beneditinos e seu Grão-Mestre, o mulato Saldanha Marinho tinha plenos poderes para impor suas vontades frente à Ordem dos Beneditinos, de modo que a escolha de permanecer ao lado do Grande Oriente Francês, se por um lado, denotava o desejo de fazer cumprir os verdadeiros princípios maçônicos igualdade e fraternidade, do outro lado, demonstrava haver a vontade de defender a maçonaria como espaço de exercício de cidadania dos mulatos. Pois se as Lojas norte-americanas foram eficientes em instituir o racismo em suas Oficinas. Como não supor que tais distorções não tomassem proporções internacionais e atingissem as Ordens e Lojas maçônicas brasileiras? A essa altura a maçonaria no Brasil havia se transformado em espaço de construção da cidadania de mulatos.

O grande articulador da Ordem dos Beneditinos, Joaquim Saldanha Marinho, nasceu na cidade de Olinda, em 1816, era filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos e de Dona Ágata Joaquim Saldanha. Órfão de pai com apenas um ano de idade. Sua carreira foi profícua, cursou direito em Pernambuco e ingressou na magistratura aos 21 anos de idade. Foi eleito deputado na Câmara Geral da Província do Ceará em 1847 e no ano seguinte começou a advogar. Assim como os demais maçons, Saldanha enveredou-se pelos caminhos das redações a fim de tornar públicas suas ideias. (ASLAN, 1973: 349)

Saldanha Marinho era republicano, abolicionista, anticlerical e encampou diversas bandeiras em torno da maçonaria. Saiu em defesa do Estado laico e do direito de liberdade de culto, assunto esse que era também de foro íntimo, já que sua mãe era leitora de textos evangélicos. (VIEIRA; 1929)

Saldanha Marinho publicou muitos artigos criticando a Igreja. Sob o pseudônimo de Ganganelli escreveu no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro um conjunto de artigos denominados “A Igreja e o Estado”, em 1873. Nele, Marinho desferiu críticas à instituição que proibia não católicos e maçons de serem enterrados nos cemitérios públicos administrados por ela. A crítica à Igreja não se limitava a imprensa, entre 1879 e 1881,

durante a sua gestão como deputado, defendeu o casamento civil leigo e a secularização dos cemitérios. (ASLAN, 1973: 352)

Suas ações não pararam por aí como advogado, Saldanha Marinho pôde manifestar-se frente à questão escravista. Sobre o assunto Saldanha Marinho demonstrou apoio aos advogados que recorriam a lei de 7 de novembro de 1831 para defenderem os africanos ilegalmente escravizados e, também condenava os juízes e tribunais que não investigavam se esses africanos haviam aportado no país antes ou depois de 1831. (MARINHO, 1885: 144) Saldanha Marinho, assim como Luiz Gama, era partidário da abolição imediata "o único caminho a seguir nas condições gravíssimas em que se acha o paiz, é a adopção de uma lei que sem rodeios, sem disfarces, diga em respeito a verdade e ao direito – fica extinta a escravidão no Brazil" (MARINHO, 1885:144).

Suas posições consideradas radicais podiam ser observadas no exercício de suas funções. Paralelamente a carreira política Saldanha Marinho atuou como advogado na Rua do Rosário, nª 41, na Corte, atendendo a diferentes causas[8]. E uma delas chamou-nos particular atenção, por reforçar justamente seu posicionamento radical em relação à escravidão. Saldanha Marinho havia aceitado defender o padeiro João de Mattos, sujeito que ostentava uma extensa ficha criminal, onde lhe pesavam as acusações de falsificação de cartas de alforrias e de facilitar a fuga de vários escravos. A intenção de Mattos era fazer com que esses escravos, dispondo de cartas de alforria conseguissem para serem empregados nas fazendas do interior como libertos (MATTOS, 2004: 245). Valendo-se da mesma estratégia, João de Mattos percorreu várias cidades, acumulando crimes contra a propriedade escrava. Primeiro passou por São Bernardo onde organizou um levante e foi preso por isso, mas de onde conseguiu escapar seguindo para a cidade de Santos. Em Santos organizou novas fugas de escravos, que trabalhavam em cinco padarias distintas, forjou novas cartas de alforria para o mesmo fim. Preso novamente por mais três meses após a liberdade para São Paulo, em 1877 e, por último mudou-se para a Corte. Ali seus trabalhos foram interrompidos novamente, por um delator, que recebeu 100$000 réis para informar a polícia sobre o paradeiro do padeiro. (MATTOS, 2004: 246)

Diante da extensa ficha criminal do padeiro não é difícil imaginar que a causa aceita por Saldanha Marinho lhe tomaria muito do seu tempo e lhe causaria transtornos perante a sociedade escravista. É também de se supor que Saldanha Marinho não tenha cobrado nada

[8] Encarregava-se de recursos ao Conselho do Estado, apelações, crimes cíveis, de causas comerciais, civis, eclesiásticas e de negócios. O ypiranga de 14 de maio de 1869

para defender tal causa. Tendo sido trabalhoso ou não, Marinho alcançou seus objetivos conseguindo libertar o padeiro da prisão. Assim, João de Mattos viraria mais uma página de sua vida conturbada, fundando em 1880, uma associação em defesa dos interesses dos padeiros, cujo lema era "Pão e Liberdade" (MATTOS, 2004; 250). Saldanha Marinho ao aceitar defender o padeiro abolicionista, "usurpador de escravos", demonstrava não temer represálias de setores conservadores e ao mesmo tempo reforçava suas convicções abolicionistas.

O mesmo radicalismo que tomou Saldanha Marinho também podia ser sentido nas palavras e ações do padre Eutíquio Pereira da Rocha. A falta de informações mais precisas sobre a atuação do maçom não nos impede de especular sobre seu prestígio na Loja Harmonia. Sabemos que ele foi um dos editores chefes do jornal maçônico *O Pelicano,* de ampla circulação no Pará na década de 1870. (MONTEIRO, 2012: 71) Rocha não se limitou a atuar como redator do periódico, foi autor dos diversos artigos que foram publicados em vários jornais do Pará e da Bahia, sua terra natal, seus polêmicos escritos tiveram como principal alvo a Igreja católica. (VIEIRA, 1980: 175) Embora fosse padre tornou-se um dos principais defensores do Estado laico e como maçom questionava a proibição da Igreja em enterrar não católicos e maçons nos cemitérios públicos.

Assim como os outros maçons, Eutíquio Pereira da Rocha mobilizou a imprensa no Pará com a finalidade de atender seus interesses políticos. Rocha foi iniciado na Loja Harmonia logo após ter se mudado para Belém em 1850 e, em 1872 ocupou o cargo de editor chefe do jornal maçônico *O Pelicano.* Nesse jornal, Rocha encontrou espaço propício para criticar a Igreja e posicionar-se contra a escravidão. (MONTEIRO, 2012: 71)

*O Pelicano* era bissemanário e circulou em Belém. Nele foram publicadas com frequência notas registrando a libertação de escravos promovida pelas Lojas maçônicas no Pará "teve a entrada no templo o menor Antonio Aurora, a quem a nossa off.: quebrou as cadeias da escravidão, demonstrando assim a expansão do mais vivo regozijo, senão também os seus louváveis sentimentos" (MONTEIRO, 2012: 74).

A Loja Harmonia estava entre as sociedades financiadoras do jornal *O Pelicano,* daí podemos supor que o posicionamento do jornal estava em sintonia com as ideias de Rocha. Segundo ele o Império estava assentado sob três grandes problemas: a forma de governo, a escravidão e o Estado católico.

Ao defender o Estado laico Rocha viu sua vida mudar completamente. Nascido na Bahia, em 1820, cursou o seminário e em 1850 se mudou para Belém para exercer a

presidência do Mosteiro Carmelita (VIEIRA, 1980: 175). Posição confortante que lhe foi usurpada depois que desferiu com veemência críticas contra a Igreja. Eutíquio Pereira da Rocha era padre, mas isso não o impediu de seguir na contramão dos interesses da Igreja.

No início da década de 1860, anos antes de estourar a Questão Religiosa, Rocha e outros maçons vinham travando uma verdadeira guerra contra as autoridades religiosas, primeiro desferindo críticas dirigidas ao Bispo Dom Afonso de Morais Torres e depois contra o Bispo Dom Antonio de Macedo Costa (VIEIRA, 1980: 175). O padre saiu em defesa do Estado laico e da liberdade de culto, sendo por isso duramente penalizado pela Igreja, que não achava legítimo o ataque vir de um membro dela, que ainda estava aliado a sua principal inimiga, a maçonaria.

O padre colaborou com diversos jornais (*Jornal do Amazonas, O Pelicano, O Velho Brado do Amazonas*) e muitos de seus textos criticavam a Igreja. Seus artigos chamavam atenção por serem audaciosos e por não pouparem ninguém, nem mesmo o Papa. (VIEIRA, 1980: 175). Os textos de Eutíquio visavam criticar aspectos caros ao funcionamento da Igreja, como por exemplo, a proibição dos enterros de protestantes e maçons nos cemitérios públicos administrados pela Igreja, mas em contrapartida suas críticas eram rebatidas pelo Bispo Dom Antonio de Macedo Costa com insultos raciais. Entre o alto escalão da Igreja o padre ficou conhecido como "cônego africano". As ofensas pareciam não ter fim. Eutíquio, anos antes, desabafava, em nota publicada no jornal Grão-Pará de Belém em 25 de junho de 1852, "chamam-me de Africano, Cafre, Debochado, Tratante, Bêbado... tudo aceitei ...". (VIEIRA, 1980: 175).

A audácia de Eutíquio em criticar o alto escalão da Igreja, lhe custou o afastamento de suas funções sacerdotais em 1866. Sua suspensão foi determinada pelo Bispo Dom Antonio de Macedo Costa, o mesmo que o ofendera com insultos racistas. Daquela data até o fim de seus dias, Rocha nunca mais voltaria a exercer o sacerdócio. O afastamento se tornou permanente, já que para retornar a exercer suas funções precisaria renegar a maçonaria. Eutíquio optou por morrer impenitente e maçom.

Sua escolha de permanecer na maçonaria revelava o quanto a maçonaria podia ser um espaço de estabelecimento de privilégios e de proteção principalmente aos nossos mulatos. A suspensão de Rocha do sacerdócio era apenas mais um exemplo dessa experiência de rejeição social. Mas, se a Igreja o rejeitava a maçonaria em contrapartida o apoiava, chegando mesmo a transformá-lo em ícone da Loja, por sua atuação jornalística, abolicionista e anticlerical.

Rocha além de comandar *O Pelicano*, colaborou com outros jornais da época, *A Boa Nova*, *O Grão-Pará* e o *Crepúsculo da Bahia*. (VIEIRA, 1980: 176).

Seus ensaios eram reconhecidos nos quatro cantos do Pará, por todas as Lojas do entorno. Depois de sua morte em 1880, cristalizou-se como "ícone da Maçonaria paraense" (MONTEIRO, 2012:71). Já em meados do século XX, mais especificamente em 1946, a cúpula maçônica da Loja Harmonia solicitou autorização da administração do cemitério, onde estavam depositados os restos mortais do maçom, a fim de transferi-lo para as dependências da Oficina. (MONTEIRO, 2012: 72).

Como não poderia ser diferente, esse episódio foi marcado com toda polpa e circunstância, com os maçons da referida Loja realizando uma grande procissão, que percorreu as principais ruas da cidade em direção a Loja Harmonia. Lá se encontram hoje os restos mortais do maçom. Os irmãos que acompanhavam o cortejo trataram de vestir seus aventais[9] e trajes de cerimônias especiais.

Mas, se não bastasse celebrar a posse dos restos mortais do ex-padre, os irmãos da Loja Harmonia nº8 pressionaram as autoridades municipais na tentativa de mudar o nome da Rua São Mateus para Rua Padre Eutíquio[10]. O resultado agradou os irmãos maçons que alcançaram seus objetivos e hoje é possível cruzarmos a Rua Padre Eutíquio no bairro do comércio em Belém.

Enquanto a Loja Harmonia esforçava-se para preservar a memória do padre Eutíquio Pereira da Rocha, outros irmãos sucumbiam ao tempo esse era o caso do mulato maçom José Ferreira de Menezes. Seu nome sempre discretamente mencionado pela historiografia da abolição esconde a história de um sujeito multifacetado - advogado, jornalista, literato, promotor público, proprietário do jornal Gazeta da Tarde, cuja trajetória maçônica foi semelhante à de seus "irmãos" mulatos (PINTO, 2014: 19).

Ferreira de Menezes, nascido no Rio de Janeiro, passou uma temporada em São Paulo, entre os anos de 1861 a 1866, onde cursou direito. Na Academia, o jovem despertou gosto pela literatura e pelo teatro, como tantos outros poetas e literatos formados por lá. (PINTO, 2014: 19). Em paralelo as atividades culturais, Ferreira de Menezes atuou ao lado de seu congênere Luiz Gama com quem partilhava dos mesmos ideais abolicionistas e republicanos. Os laços de amizade construídos entre eles certamente foram fortalecidos pela experiência

[9] Símbolo do trabalho maçônico: branco, e de pele, para os aprendizes e companheiros; branco ornado de vermelho ou azul, de acordo com o rito, e com diversos símbolos maçônicos para os mestres.
[10] Diário do Pará. Personalidades Históricas no Pará.

maçônica. Na Loja América Ferreira de Menezes apoiou Luiz Gama em diversas causas de manumissão[11].

Mas, não foi na Loja América que José Ferreira de Menezes iniciou seus trabalhos maçônicos e sim na Loja Sete de Setembro e, em 1867, teria composto a comissão que homenagearia Saldanha Marinho[12], Grão-Mestre do Oriente do Vale dos Beneditinos. (PINTO, 2014: 47). Foi nos bastidores da maçonaria que Ferreira de Menezes e Saldanha Marinho se conheceu, mas a relação de proximidade entre eles logo se estenderia para o mundo profano. Saldanha Marinho era leitor do jornal *Gazeta da Tarde* de propriedade de Ferreira de Menezes[13]. Além disso, ambos também aparecem como colaboradores da *Revista Complexa*, no ano de 1878[14].

De volta a sua terra natal, Ferreira de Menezes manteve-se ligado a Loja América assumindo o cargo de representante da oficina no Rio de Janeiro[15], atitude incomum no círculo maçônico, normalmente, o irmão solicitava ser filiado a uma Loja na cidade de destino[16]. A Permuta muitas vezes se fazia entre as oficinas por meio de pranchas[17].

Ferreira de Menezes não desejava romper os laços de amizade que havia construído naquele espaço, por esse motivo optou por permanecer ligada a Loja América, não apenas como membro honorário, mas, como membro efetivo, desempenhando função de relevo. Provavelmente sua relação de amizade com Luiz Gama tenha pesado em sua decisão[18] e, possivelmente o cargo de representante da oficina oferecido a Ferreira de Menezes tenha sido negociado pela cúpula maçônica da qual Luiz Gama fazia parte.

No ano de 1878, Ferreira de Menezes cumpria a seguinte determinação da Loja América: "a Loj:. encarrega o Ir:. Dr. José Ferreira de Menezes, Gr:.18 para iniciar e deferir o

---

[11] AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
[12] Saldanha Marinho permaneceu como Grão-Mestre entre os anos de 1863 a 1883.
[13] MARINHO, José S., *A monarchia ou a política do rei*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1885.
[14] A revista tinha como objetivo discutir questões relativas a economia. Contando também com a colaboração de Ubaldino do Amaral e Rui Barbosa, ambos tinham sido maçons da Loja América.
[15] Ata da Loja América livro 2. 16 de agosto de 1878.
[16] Citamos aqui o exemplo do maçom Antonio Ribas iniciado na ordem em 1864, na loja Sete de Setembro de São Paulo, período em que frequentou os bancos da Academia de Direito e, que após o bacharelado retornou para seu Estado de origem, Rio Grande do Sul. Em 1873, filiou-se à loja Tolerância de Porto Alegre, sendo em seguida membro fundador das lojas Luz da Serra, em Santo Ângelo (1877), e Luz Serrana, na cidade de Lages, Santa Catarina, da qual foi venerável. Ver: COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 2ª Ed. Passo Fundo: Universidade de Paço de Fundo, 2000. p. 293. Há também os exemplos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco que se afastaram não apenas da Loja em que foram iniciados, mas da Maçonaria.
[17] As pranchas eram cartas vindas de outras Lojas que eram lidas durante as sessões. Nesse documento encontramos informações sobre a rotina de outras oficinas, iniciações, filiações, eliminações e acordos maçônicos. As pranchas serviam para aproximar as Lojas.
[18] A província de São Paulo, 18 de dezembro de 1880.

juramento de Gr:.3 ao Ir:. João Chrystormo Ferreira Brandão que reside no Val:. do Rio de Janeiro"[19].

Pelas funções que desempenhou imaginamos que Ferreira de Menezes tenha de fato deixado sua marca na Loja América. Mas quando retornou para o Rio de Janeiro, Ferreira de Menezes não deixou de ampliar sua rede de solidariedade tratando logo de estreitar laços com José Carlos do Patrocínio, outro maçom negro abolicionista, de quem se tornou sócio no jornal *Gazeta da Tarde*[20]. (FERREIRA, 2011: 153). José Carlos do Patrocínio nasceu em 1853, era filho de uma liberta quitandeira e de um vigário-fazendeiro, que nunca o reconheceu como filho. Ainda que tivesse vivido como bastardo, Patrocínio "herdou" de seu pai certa rede de influência que lhe assegurou ingresso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (ALONSO, 2012: 40).

Sobre sua experiência maçônica sabemos que foi filiado à Loja União e Tranquilidade nº 2 no Rio de Janeiro (BARATA,1999: 124). A documentação maçônica produzida pelo Boletim do Grande Oriente do Brasil dá conta de que em 12 de fevereiro de 1897 Patrocínio foi citado na apuração Geral da Eleição de Grão-Mestre Adjunto. Ele teria concorrido ao cargo de Grão-Mestre e recebido seis votos, sendo três da Loja João Caetano, dois da Loja Aurora Escocesa e um da Loja Ganganelli do Rio. Mesmo não ganhando a eleição, Patrocínio dava sinais de que sua intenção era atingir os altos cargos maçônicos.

Ocupar cargos estratégicos na maçonaria tinha também sentido político e social, já que os nossos maçons mulatos perceberam que ao se tornarem lideranças em suas Lojas teriam maiores facilidades de encampar suas bandeiras e articular apoio para colocá-las em prática fora do círculo maçônico. Francisco Gê Acaiaba Brandão Montezuma foi expressão máxima neste quesito. Mulato, baiano e exímio articulador político do Império tratou de ampliar seus espaços de influência compondo a cúpula responsável pela criação do Supremo Conselho ou Grande Oriente, em 5 de agosto de 1835 (MOREL E SOUZA, 2008: 142-143). Nela Montezuma exerceu o cargo de Grão-Mestre e ajudou a difundir o rito Escocês Antigo e Aceito, o segundo mais seguido pelas Lojas maçônicas brasileiras, o primeiro era o rito Francês Moderno. (MOREL E SOUZA, 2008:143).

Montezuma se destacava em sua "carreira" maçônica até ter sido alvo de acusações duras vindas do grupo formado e liderado por José Bonifácio. Montezuma estaria fazendo

[19] Ata da Loja América. Livro 2. 16 de agosto de 1878.
[20] FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a Palavra, Luiz Gama*: poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensaoficial, 2011. p.153.

cobranças indevidas aos irmãos, que ainda não teriam sido efetivamente aceitos na sociedade além disso, teria manipulado as eleições e usando a maçonaria para negociar cargos públicos. (MOREL E SOUZA, 2008: 143). Embora tais acusações nunca tenham sido comprovadas, o maçom acabou banido da Ordem e sua imagem manchada.

Se essas acusações procediam ou não, de fato não há documentação que prove, mas de qualquer maneira, fica a ideia de que a maçonaria era espaço multifacetado que podia ser usado das mais diferentes maneiras segundo os interesses políticos de suas lideranças. (COLUSSI, 2000: 302).

Luiz Gama soube como ninguém articular seus interesses abolicionistas e republicanos com seus compromissos maçônicos na Loja América, a qual figurava desde 1870. No mesmo ano em que foi filiado à oficina, Gama se destacou como membro da comissão para manumissão de africanos ilegalmente escravizados e como 2º vigilante, terceiro cargo mais importante dentro da hierarquia maçônica. (CARVALHO, 1988: 69).

Era função do 2º vigilante substituir o venerável na ausência do 1º vigilante ou no impedimento deste. Assim entendia-se que desempenhar o cargo de 2º vigilante em determinadas sessões poderia equivaler ao cargo de venerável. A escolha do 1º e do 2º vigilante era tão importante, quanto à definição do venerável. Eram tarefas do 2º vigilante:

> Conservar a ordem e o silêncio em sua coluna durante os trabalhos; Não permitir que os irmãos de sua coluna passem para a outra sem a devida permissão do venerável; Instruir os aprendizes, ensinando-lhes os rudimentos do Grau – em sua Filosofia, História, Simbologia e Ritualística [...]. (CARVALHO, 1988:70)

O funcionamento da Loja dependia da distribuição desses cargos. Passada a eleição e o ritual de posse, os irmãos escolhidos assumiam seus postos e deliberavam sobre as sessões maçônicas. Na eleição de 1874, foi quando Luiz Gama assumiu a vaga de venerável pela primeira vez, repetindo a experiência nos anos de 1876, 1878, 1879, 1880, 1881 e 1882. Sua atuação na Loja América era conhecida dentro e fora do círculo maçônico. Ele nunca escondeu sua filiação à maçonaria e, na ocasião de sua demissão, do cargo de amanuense, tratou de evocá-la: "sou agente da Loja América em questão de manumissão, e, com o eficaz apoio dela, tenho promovido muitas ações perante os tribunais"[21].

Ao revelar sua identidade maçônica Luiz Gama estava preocupado em informar seus inimigos de que não estava sozinho em suas ações e que contava com o apoio e a proteção da

[21] Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871.

maçonaria. Esse "apadrinhamento" maçônico serviu de esteio às bandeiras encampadas por Luiz Gama e, ao mesmo tempo assegurou ao maçom negro a possibilidade de exercer sua cidadania. Foi por meio de seus talentos e virtudes que pode ocupar os cargos mais importantes na Loja.

A trajetória pessoal de Luiz Gama diferia dos demais maçons mulatos de que tratamos até aqui. Gama viveu na pele a experiência da escravidão, condição ao qual se viu imerso pela ambição e descaso de seu próprio pai, que o vendeu como escravo a fim de quitar suas dívidas com jogo. Luiz Gama nasceu na Bahia em 1830, era filho de uma africana livre e de um português remediado. (AZEVEDO, 1999:35). Além de ter que lidar com o preconceito de cor como os outros mulatos, Gama ainda padecia com a experiência de ter vivido por 8 anos na condição de cativo, dois estigmas sociais que pareciam não ter relevância em espaço maçônico.

**Considerações Finais**

A maçonaria era vista não só como escada para ascensão social e simbólica, mas também como espaço para instrumentalizar bandeiras políticas e sociais. Socialmente marginalizados, os mulatos Saldanha Marinho, José do Patrocínio, Eutíquio Pereira da Rocha, José Ferreira de Menezes e Luiz Gama encontraram na maçonaria espaço para a sobrevivência social e moral, que muitas vezes não encontraram na vida profana.

**Referência Bibliográfica**

ALONSO, Ângela. Triangulo negro da abolição. In: *Revista Ciência Hoje*. nº 292 (maio) 2012, pp. 38-42.

ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1973.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. Maçonaria: história e historiografia. In: *Revista USP, Dossiê Sociabilidade de Massas e Identidades*. nº32, (dez./jan./fev) 1996-97, pp.178-189.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania*: uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

CARVALHO, Francisco de A., *Cadernos de Estudos Maçônicos*. Londrina: Editora Maçônica A Trolha, 1988.

CARVALHO, William D. A. de C., *Maçonaria Negra*. Londrina: Editora Maçônica A Trolha, 1999.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 2ª Ed. Passo Fundo: Universidade de Paço de Fundo, 2000.

FERREIRA, Ligia F., In: GAMA, Luiz G. P., *Primeiras trovas burlescas e outros poemas*. (Org) FERREIRA, Ligia F., Martins Fontes: São Paulo, 2000.

FERREIRA, Ligia F., *Com a palavra*: Luiz Gama. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

JACOB, Margaret C., *The origins of freemasonry*: facts & fictions. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

MARINHO, José S., *A monarchia ou a política do rei*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1885.

MATTOS, Marcelo B., Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: *Revista do Rio de Janeiro*, nº2, Jan/abril, 2004, pag. 229-251.

MONTEIRO, Elson Luiz R., *A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará 1870-1888*. São Paulo: Madras, 2012.

MOREL, Marco & SOUZA, Francoise Jean de O., *O poder da maçonaria*: a história secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

VIEIRA, David G., *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora UnB,

FONTES

Jornais:

A província de São Paulo;

Correio Paulistano;

O ypiranga

Gazeta da Tarde

Arquivo Loja América:
Atas da Loja América.

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS
27 A 31 DE JULHO DE 2015
FLORIANÓPOLIS - SC